

MORADORES DE PARAISÓPOLIS EM PROTESTAM CONTRA MORTE DE JOVENS NO BAILE DA 17 | FOTO: DANIEL APROYO/PONTE



Direitos humanos e as periferias

DIREITO À DIGNIDADE, À SAÚDE, À EDUCAÇÃO,
À MORADIA, AO LAZER, À CULTURA, AO TRABALHO

ENTREVISTA **CARMEN SILVA E PRETA FERREIRA**

**Conhecimento e solidariedade
vencem o medo e o fascismo**

AGENDA DE LUTAS DEZEMBRO 2019

INFORMALIDADE E
DIREITOS HUMANOS

**A negação dos
direitos humanos
na relação de
trabalho informal**

Direitos humanos e as periferias

A *Revista Reconexão Periferias* de dezembro propõe a reflexão sobre uma importante temática que, na atual conjuntura brasileira, ganha cada vez mais centralidade: Direitos Humanos. Como pensar e relacionar Direitos Humanos e as lutas das periferias? O tema já estava predefinido, visto que o mês de dezembro historicamente é dedicado à luta por direitos humanos, tendo sido o dia 10 desse mês institucionalizado pela Unesco/ONU como Dia Internacional dos Direitos Humanos. Ao pensar em Direitos Humanos, o que lhe vem à cabeça? Direito à dignidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, à cultura, ao trabalho, por exemplo, são Direitos Humanos. Um direito internacionalmente defendido mas que vem,

sistematicamente, sendo desrespeitado.

Tal questão ganhou ainda mais força quando, na madrugada de 1º de dezembro, ocorreu uma chacina em Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo. A violenta ação do Estado através da polícia militar paulista, sob a alegação de dispersão de um baile funk, causou a morte de nove jovens:

- Gustavo Xavier, 14 anos;
- Denys Quirino da Silva, 16;
- Marcos Paulo dos Santos, 16;
- Dennys dos Santos Franca, 16;
- Luara Victoria de Oliveira, 18;
- Gabriel de Moraes, 20;
- Eduardo Silva, 21;
- Bruno Gabriel dos Santos, 22;
- Mateus dos Santos Costa, 23

O ato ocorrido mobilizou nossa irrestrita solidariedade às famílias e amigos/as das vítimas e reforçou a importância da denúncia, mas principalmente da discussão de ausência dos Direitos Humanos quando relacionados aos corpos e territórios periféricos. O genocídio de negros e negras, como uma política de Estado, não foi interrompido em governos democráticos, mas ganha outros contornos e formas sob governos pautados no acirramento das violências e que fazem da necropolítica sua agenda de propostas ao país.

O conceito de necropolítica foi desenvolvido pelo sociólogo e intelectual camaronês Achille Mbembe, em diálogo com a formulação de “bio política” do filósofo francês Michel Foucault. A discussão que

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **ORGANIZAÇÃO DA EDIÇÃO** LÉA MARQUES SILVA E MATHEUS TANCREDO TOLEDO ■ **EQUIPE** JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** BRUNA ROCHA, ISAÍAS DALLE, JACQUELINE SINHORETTO, THAYNÁ J. F. YAREDY ■ **EDITOR** ROGÉRIO CHAVES ■ **REVISÃO** CLAUDIA ANDREOTTI ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CACO BISOL ■ **PRODUÇÃO GRÁFICA** ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** MARCIO POCHMANN (PRESIDENTE), ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS (DIRETOR), ISABEL DOS ANJOS LEANDRO (DIRETORA), JOAQUIM CALHEIROS SORIANO (DIRETOR), ROSANA RAMOS (DIRETORA)

o Mbembe propõe é a de que, mais do que protocolos de biopoder, quando o Estado determina quem deve viver ou não através do “deixar morrer”, estabelece-se a dinâmica de aprofundamento das ações de controle para ações de extermínio. Sendo assim, a determinação passa a ser de “fazer morrer”. Em outras palavras, a necropolítica é a política da morte que daria sentido à existência de um poder constituído no Estado. Ela não é um episódio isolado, não se revelaria em um fenômeno que foge a uma regra. Pelo contrário, ela é a regra que dá base para as ações violentas do Estado. O que podemos ver materializado, por exemplo, no discurso e na ação do Estado brasileiro dirigidos às periferias das grandes cidades, utilizando a força de forma legitimada, adotando a política do extermínio daqueles (que ele mesmo constrói) como perigosos e, portanto, criminosos e inimigos.

Todavia, o Estado, tal como preconizado em nossa Constituição Federal, não existe para decre-

Direito à dignidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, à cultura, ao trabalho, por exemplo, são Direitos Humanos.

tar a morte de ninguém, pelo contrário, ele tem – ou deveria ter – como função a garantia de direitos fundamentais, entre eles os direitos humanos, que têm na inviolabilidade do direito à vida sua maior expressão. Ou seja, o Estado que deveria existir para garantir a vida de todas as pessoas, para as periferias é, na verdade, o Estado que chacina jovens negros, que se omite tornando-se cúmplice da violência contra mulheres, LGBTQIs e que absolutamente não cumpre seu papel de garantir nem os direitos individuais e coletivos, da vida, igualdade, dignidade, segurança, liberdade e propriedade, tampouco os direitos sociais de educação, alimentação, saúde, trabalho, transporte, saúde, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência social.

A entrevista com Carmen e Preta Ferreira, mãe e filha lideranças do MSTC presas injustamente por mais de 100 dias, explicita a violência e injustiça do Estado brasileiro com as pessoas que ousam lutar por direitos para si e para sua coletividade. Os artigos que compõe a Revista também vão no mesmo sentido: denúncia da ausência de direitos humanos para as periferias do Brasil e a busca por caminhos para atuar nessa conjuntura.

Em um cenário de alargamento da complicidade social para com as ações violentas, racistas e autoritárias de governos de diferentes níveis de atuação, acreditamos que para além de denunciar o que ocorre, é na força da resistência das periferias que está a capacidade de protagonizar a construção de uma outra agenda política que tenha o direito a uma vida digna, para todas, todos e todes, como central.

Boa leitura! Boas lutas!

Equipe Reconexão Periferias

Carmen Silva e Preta Ferreira: conhecimento e solidariedade vencem o medo e o fascismo

POR ISAÍAS DALLE

FOTOS DA ENTREVISTA: SÉRGIO SILVA



Mãe e filha, Carmen Silva e Preta Ferreira deveriam ter entrado para o noticiário nacional por serem lideranças de um dos mais bem-sucedidos e organizados movimentos de luta por moradia digna do Brasil e por seus talentos artísticos. Carmen é atriz bissexta, tendo brilhado na longa-metragem *Era o Hotel Cambridge*, dirigido por Eliane Caffé, além de exibir sua veia artística no modo despojado com que

conta histórias. Preta é cantora, e prepara o lançamento de um álbum, com produção de Maria Gadú.

Ambas já eram bastante famosas entre os movimentos sociais e os coletivos de periferia, com reputação consolidada. Mas a chegada delas à grande mídia comercial aconteceu em julho, por conta de uma acusação sem provas de que, à frente do Movimento Sem Teto do

Centro (MSTC), praticariam extorsão. Preta passou 100 dias na prisão, na capital paulista. Carmen, contra quem a justiça paulista expediu mandado de prisão preventiva, optou por um “exílio”, como ela mesma diz. Após árdua batalha jurídica e muitos atos públicos em favor delas, obtiveram *habeas corpus* e voltaram à ativa – não tanto como queriam, pois medida cautelar as proíbe de frequentar ocupações e assentamentos

enquanto o processo continuar correndo. Viveram drama igual, no mesmo período, Sidney Ferreira Silva (também filho de Carmen), Angelica dos Santos Lima e Edinalva Franco – a última do grupo a obter *habeas corpus* e ser libertada.

Nesta entrevista, Carmen e Preta falam de futuro, delas e do Brasil. Afirmam que todo o pobre preso é um preso político. E que a liberdade da elite corrupta é o outro lado dessa moeda, ou seja, é uma liberdade política. A justiça, como valor, pouco tem a ver com isso, graças, em grande parte, ao sistema judiciário que garante a “escravidão contemporânea”. Depois de sua experiência na prisão, Preta pretende organizar um movimento, uma frente, em prol da população carcerária.

Durante a conversa, que aconteceu dois dias antes do massacre de Paraisópolis, elas atacam duramente o pacote anticrime apresentado por Sergio Moro. Para elas, trata-se de um salvo-conduto para

É uma angústia se sentir impotente, não poder ajudar, e acima de tudo, injustiçada

o genocídio da população negra. “Esse pacote desse juiz só deu carta branca para o que esses governadores já vêm fazendo nos estados do Brasil com a polícia assassina. Isso aí é o fascismo que está revelado. É o genocídio. Esse pacote é isso”, afirma Preta.

Embora pessimistas quanto à possibilidade de ocorrer um movimento de massas contra a escalada autoritária e a retirada de direitos que ocorrem no país, as duas acreditam que a educação – não essa tradicional, mas outra, inclusiva – e participar de lutas coletivas são dois fatores que nem o medo e o fascismo podem vencer. Vamos acompanhar.

Preta, como foram os dias na penitenciária? O que mais te doeu? No meio da dor, descobriu algo novo? Fale um pouco também de sua relação com as outras detentas.

Preta: Estar presa é difícil, ainda mais quando você está sendo acusada de um crime que você não fez, uma acusação sem provas. Isso me causou revolta, mas o que mais me doeu foi ficar longe da minha família, foi ter minha mãe e meus irmãos foragidos, meu irmão preso, e eu não poder estar junto para ajudar a provar que nós éramos, que nós somos inocentes. Dentro do presídio, a gente acha que vai encontrar um mundo de pessoas cruéis, mas não é. As pessoas são humanas, as pessoas se acolhem, as pessoas se ajudam. Quando eu fui presa, todo mundo lá já sabia quem eu era. Então fui muito bem tratada – pelas presas –, pelos funcionários dos primeiros lugares que passei, não. Eu perdi o direito a ter direitos, foi isso que aconteceu.

Carmen, você já teve experiência parecida, como foram os dias em que seus filhos estiveram presos?

Carmen: Olha, os dias em que meus filhos estiveram presos, embora

não estivesse em cárcere do poder público, também estive em cárcere, porque eu estava exilada, também tinha pedido de prisão. Foi muito angustiante porque não tive nenhum direito de ir ver meus filhos, se eu fosse até lá, também seria presa. É uma angústia se sentir impotente, não poder ajudar, e acima de tudo, injustiçada. Não tem pior momento do que você acreditar que cria sua família para ser cidadão de bem, respeitando a Constituição, na luta que eu propago, que é uma luta por direitos, aquilo que você procura fazer certo, ser dilacerado. Eu me senti muito angustiada. Parecia que eu tinha entrado num coma induzido.

Preta, você afirmou em entrevistas que essa experiência despertou em você uma nova frente de luta, a luta pela população carcerária. E que as mulheres sofrem diferentemente dos homens, também nessa condição. Quais são seus planos futuros nesse sentido?

Preta: Minha mãe deixou sempre bem claro que pessoas são pessoas, independente de qualquer situação em que esteja. Nunca fui uma pessoa racista, sempre convivi com todo o tipo de pessoa. No presídio descobri isso: que elas sofrem sim, com o descaso, elas são jogadas, só jogadas. Ninguém pergunta como vivem essas mulheres. Elas são dopadas para viver à mercê.

Dopadas literalmente?

Preta: Literalmente dopadas. Isso quando tem remédio, porque normalmente o que tem, para qualquer coisa, é dipirona e paracetamol. Não tem atendimento nenhum. Essas mulheres não têm ninguém para com elas. Então, quero montar uma frente com advogados e outras pessoas que deem chances para essas mulheres. Não só para mulheres, mas para homens também que queiram se ressocializar. Essas pessoas são chamadas de reeducandas, mas lá não tem nada. Ficam lá o dia inteiro, uma vida toda sem fazer nada. E

você sabe que mente vazia é oficina do diabo, né? Então quero montar um projeto para trazer de volta essas pessoas para a sociedade. Por que quando elas saem, que liberdade é essa que vão ter? Elas deixam de pertencer a esse mundo aqui fora. Quero criar um projeto para ressocializar de verdade. Até porque, se elas estão presas, foi por falta de oportunidade. Ninguém vai preso por que quer. O que sobra é isso: traficar, roubar, matar. E dessa forma o Brasil vai caminhando. Quando um governo diminui a verba para educação para construir presídio, já dá pra imaginar o futuro da nação. Tudo isso que está acontecendo, essa política de encarceramento, é a escravidão contemporânea. Por que o presídio é um navio negro.

O projeto também terá objetivo de tentar provar a inocência dessas pessoas?

Preta: Sim. Até porque a maioria dessas pessoas é, sim, inocente. São pessoas que estão ali de maneira forjada.

Os direitos humanos, conceitualmente e também na prática, sempre foram atacados. Porém, na conjuntura atual, isso é feito de maneira aberta. Pessoas eleitas batem no peito, orgulhosamente, para se declararem contra os direitos humanos e dão ordens, à luz do dia, para que esses direitos sejam desrespeitados. As milícias fazem parte do Estado. As balas perdidas continuam zunindo e matando. Movimentos sociais sendo perseguidos. O vocês acham que devemos ou podemos fazer para enfrentar essa escalada autoritária? Como não sucumbir ao medo?

Carmen: Eu até queria fazer uma ratificação sobre o projeto da Preta: não é um projeto para provar inocência, é para fazer justiça. Porque até mesmo quem fez algo errado merece a oportunidade de ser ressocializado, de uma forma educativa, não de assistencialismo.

Agora, o que a gente tem de fazer é um projeto de educação, mas não a (*educação*) restrita. E tam-

Essas pessoas são chamadas de reeducandas, mas lá não tem nada.

bém não é para dentro da prisão, mas antes disso, para prevenir. E antes disso (*a prisão*) é esclarecer. Que os governantes deixem de fazer programas de governo, mas programas para o Estado. Porque a gente tem tantas leis, temos uma Constituição que todo o dia é prostituída. Sim, porque tem tanto juiz que foi indicado – e deveria ter eleição para juiz, a gente não sabe qual a forma que um juiz ou desembargador está lá, deveria ter uma eleição com participação popular. E que não se influencia o governo a criar tantas cadeias, e sim a investir em escolas e faculdades. É melhor educar que castigar.

Preta: Nas escolas, a gente sempre aprendia matemática, hipotenusa, essas coisas que a gente não usa, quando adulto. Por que não se dá aulas sobre direitos, dentro das

escolas? Porque se o preto tivesse aula sobre direito constitucional, direito penal numa escola, quando a polícia parasse, ele já ia saber se o policial está errado. Ele mesmo ia dizer ao policial que ele estava errado. Ia dizer: “Em qual parágrafo?”. Mas por que eles não fazem isso? Porque pobre não tem de saber de lei. Se o pobre soubesse que seu direito está sendo tomado, aí a coisa muda de figura. É a educação mesmo, é a educação que vai mudar. Não se pode ficar oprimindo as pessoas, as pessoas precisam de educação.

A gente não falou sobre o medo. O medo é uma coisa absolutamente natural, especialmente quando um governo quer que você sinta medo.

Carmen: A gente tem hoje uma conjuntura de ódio. Uma conjuntura de implantação do medo, mesmo. É uma casta superior que se incrusta no poder através do medo. Por exemplo, o governador usa a polícia militar para impor o medo. Principalmente na população negra, nas

mulheres negras, população LGBT, a população minorizada. Que não é minoria, é minorizada. Essa incrustação do medo só vai deixar de existir quando nós tivermos educação. É através do conhecimento que a gente vai vencer o medo. Por isso não se investe tanto em educação neste país. Por que o conhecimento vence os preconceitos, vence também o medo. Quando a gente tem o conhecimento da causa, àquilo que nos é imposto, nós temos a palavra da defesa: 'olha, isso aqui está errado, é assim, assim, assim'.

Preta: Estamos num Estado escravagista, é uma escravidão contemporânea. O povo preto ainda é escravizado, e isso é nítido. O medo será vencido quando todos entenderem que se faz luta junto. Não brigo individualmente, eu brigo por todos. Não digo brigar. Acho que a gente tem de trocar esse nome: eu não estou brigando, eu estou...

Carmen: Reivindicando...

Preta: ... reivindicando, porque estou querendo o que é meu, eu nasci nesta pátria. Saúde, educação, a minha moradia, é minha herança, não estou pedindo. Então, quando todo mundo entender que essa luta tem de ser feita junto, aí a figura muda de linguagem. Porque existem grupos que lutam individualmente. E é esse individual que está sendo amedrontado. Se essa massa entender que é a união que vai mudar, aí sim.

Carmen, você já viu tempos tão sombrios como os atuais?

Carmen: (risos) Na minha adolescência, nos anos 1970, eu vi o AI-5. Eu não entendia muito, mas não era tão revelado. Era velado, mesmo com aquela coisa da ditadura. Eu vi passarem épocas em que a inflação dominou o Brasil, vi empresários se suicidando porque tiveram seus bens sequestrados na era Collor, eu vivi uma época em que para comprar uma lata de leite Ninho a gente tinha de pegar fila e só podia comprar uma; vi

faltar gás no Brasil, vi a gente não ter carne para comprar, antes do Plano Real, mas hoje a gente vive uma época que não é velada, é revelada, do ódio acima de tudo, e também já chegando a essa proporção que a gente não vai ter mais os serviços públicos ao nosso dispor. É assim uma ditadura que é revelada, sobretudo pela imposição do medo. E também vamos ficar sem serviços: estamos vendo aí que estão acabando com a saúde, não temos habitação, os direitos hoje são mercadorias... E quem governa o Brasil hoje praticamente diz: 'olha, aqui é para meia dúzia, é para quem pode'. Vocês que não têm, literalmente, foda-se.

Eu queria que vocês falassem um pouco sobre o chamado pacote anticrime do Sergio Moro.

Carmen: Hehehehe...

Preta: Eu posso falar, eu posso falar? Esse pacote aí não é anticrime. Esse pacote aí é a revogação da carta da princesa Isabel. Rasga-se a Constituição, rasga-se essa carta, porque

quem está morrendo é a população preta, periférica. E esse pacote desse juiz só deu carta branca para o que esses governadores já vêm fazendo nos estados do Brasil com a polícia assassina. Isso aí é o fascismo que está revelado. É o genocídio. Esse pacote é isso.

Vocês acham que o exemplo da resistência popular no Chile, na Bolívia, no Haiti, e também a dura repressão que estão sofrendo, podem nos ensinar algo, pode repercutir por aqui?

Carmen: Eu não acredito que por aqui vai irradiar aquela resistência. Por que o povo brasileiro ainda tem... pior que o fascismo é a hipocrisia. A gente tem uma parte da população que não tem uma causa única. Cada um está lutando pelo seu. O que foi 2013? Foi uma emboscada, por causa de vinte centavos. Se falava em anticorrupção e a direita tomou conta daquela manifestação. Eu nem gosto de falar em direita, foi uma parcela que tomou conta e dali se originou o *impeach-*



Por que não se dá aulas sobre direitos, dentro das escolas?

ment, ali começa essa separação bem clara... os que falam em nome da família, de Deus, da moral, anticorrupção. E aqui a gente ainda lida com o fator mídia oficial, que presta um desserviço muito grande. Então, aqui as pessoas ainda vivem um sonho, eu não sei que sonho é esse, que não acordam. Quando se deixa passar o pacote da Previdência, quando se deixa passar a reforma trabalhista, quando se vê o desmonte da saúde, a venda de nossas riquezas como o pré-sal, a gente está vendo Minas Gerais sendo totalmente destruí-

da pelas mineradoras... É muita coisa acontecendo e as pessoas não acordam. Nossa história sempre foi uma história contada erroneamente. Nossas riquezas sempre foram levadas para fora para pagar a conta dos outros. Então, posso ser pessimista. Aqui as pessoas estão vendo o golpe e ainda aplaudem. Como pode votar num presidente que a primeira medida é dar porte de arma, se aqui tem gente que não tem nem o que comer? O Brasil ainda é o país do futebol, do samba, tudo está bem...

Preta: Essas mineradoras, essas empresas que se instalam num lugar, destroem uma cidade, destroem tudo, roubando as pessoas pobres, e depois vão embora, elas sempre

terão para aonde ir. Mas e a população pobre? E as pessoas ficam quietas, não fazem nada, enquanto essas empresas, essas pessoas, continuam roubando.

Carmen: Eu não concordo que são elas que roubam. Quem rouba é quem entrega.

Preta: Tanto quem entrega quanto quem está roubando, para mim, são as mesmas pessoas. Essas pessoas sempre vão ter pra aonde ir, e vão deixar o resto para os pobres. Como vão sobreviver, se tudo já foi extraído, roubado?

Tirando a questão da mídia e da educação, que vocês falaram, tem mais alguma coisa faltando para que as pessoas se apercebam?

Carmen: Ah, tem. As igrejas, né? Por que as igrejas evangélicas têm tanto poder? Por que tem bancada da Bíblia, bancada do boi, bancada da bala? Por que essa congruência com milícia, polícia, agronegócio? Porque são os poderes vigentes. As igrejas são as maiores deturpadoras, alienadoras. Embora a gente tenha

muitos pastores que têm o conceito do bem, realmente. Mas, infelizmente, temos as cúpulas.

Preta: Eles deturpam quem é Jesus. Eles deturpam o que é a Bíblia. A Bíblia é um livro que tem tudo para todos. Mas tem uma Bíblia preta e outra branca. Por que quando a gente tem religião de matriz africana, eles dizem que é coisa do mal? Só existe um Deus para as pessoas brancas? Os pretos não têm direito a adorar o Deus que a gente quer? Existe seletividade na religião, sim. É uma religião política. As pessoas têm de começar a se atentar para isso também. A nossa religião, de matriz africana, foi negada. Não tivemos o direito de escolher. A religião de matriz africana foi jogada para escanteio e existe uma perseguição. Milicianos entram nos terreiros para matar os pais de santo e as mães de santo. Deus não é isso.

Carmen: Tem todo um aparato para dizer que reivindicar seus direitos é crime, é errado. A Justiça, a mídia, as cúpulas das igrejas. É isso.

A cultura, a arte, seminários e encontros, têm sido um elemento de aglutinação de pessoas de diferentes grupos sociais em torno da luta pela moradia. Um exemplo disso é a Ocupação Nove de Julho. A esquerda como um todo tem algo a aprender com isso?

Carmen: Tem. Não só a esquerda. Quando nós do MSTC resolvemos abrir nossas portas para a sociedade, fazer isso aqui horizontalmente, é justamente para promover essa convivência entre a arte, a cultura, o esporte, o lazer, a moradia, caminharem juntos. Porque a moradia é vista como algo em que a pessoa chega e se fecha. Não, a moradia é uma porta para vários outros direitos. E a arte é uma aproximação desses direitos, porque o que vivemos é uma disputa de classes, e a gente diz que a diversidade nos une. O que acontece na Nove de Julho é que, quando ocupamos lá em 2016, uma das decisões que tomamos é que a gente ia ter as portas abertas. Às vezes a gente ocupa um lugar

que está abandonado e se tranca lá dentro, sem ter a compreensão de quem está ao nosso redor. Então fizemos um reverso: que todos tenhamos compreensão do outro.

Preta: até por que esses espaços, não só o Nove de Julho, mas outros do MSTC são para todos. Existe uma área de lazer e convivência no centro da cidade de São Paulo que todos podem usufruir, a Nove de Julho acaba proporcionando isso. E mostra, sim, que perante a Constituição todos são iguais e podem conviver, independentemente de valor monetário que a pessoa tenha. As pessoas têm de se conhecer, as pessoas têm de conhecer o outro lado. A cultura, a arte, a música acabam rompendo esses muros, essa coisa de dizer 'eu sou de esquerda, eu sou de direita, eu sou isso, aquilo', não, somos seres humanos. Temos de lutar pela mesma coisa, que é patrocinar o bem para todos.

Por fim, eu queria pergunta sobre algumas palavras muito em uso hoje em dia. Lutar.



O medo será vencido quando todos entenderem que se faz luta junto.

Enfrentar. Perdoar. Dialogar. São palavras aparentemente contraditórias entre si. O povo tem inimigos impiedosos. Vocês foram duramente atacadas. Ao mesmo tempo, há uma grande massa de pessoas que parece caminhar às cegas. O que fazer diante de quadro tão complexo?

Carmen: Olha, eu queria fazer um esclarecimento sobre a palavra "lutar". Eu já ouvi que a gente estava incitando ao ódio, à briga. Quando a gente está falando em lutar, a gente está falando em ação. Porque o direito

sem ação, não vale nada. É como dizem, a fé sem ação é morta. A gente não pode parar. Se a gente não gritar, teremos sempre nossos direitos roubados.

E como fazer o diálogo com essas pessoas que, me parece, não sabem bem para aonde ir?

Carmen: O diálogo tem dois lados. Tem de saber também ouvir. As ideias são ótimas, a ideologia é ótima. Mas nós temos de ter objetivo. E o objetivo hoje, de todos, do preto, do quilombola, dos indígenas, do branco, é impedir a retirada de direitos. Acho que esse deve ser nosso diálogo. E não podemos só fazer um diálogo tecnológico. Acho que o velho tête-à-tête, as bases, é tudo.

Preta: Acho também que a gente tem de parar de falar só com nós mesmos. Temos de falar com as outras pessoas. Porque é muito fácil falar só entre nós. Porque de uma certa forma, é uma bolha, e a gente tem de começar a furar essa bolha para poder falar com essas outras pessoas que não conhecem os seus direitos, que estão sendo roubadas. Temos de começar a trazer as pessoas para o nosso lado. Que não é o nosso lado, o meu lado, é o lado de todo mundo. É o lado do povo. A arte faz muito isso. A comida faz muito isso. Então, quando for cear, chame outras pessoas para cear. Se for cantar, chame outras pessoas para cantar, para dançar junto. Aí começam a proliferar outras ideias. Por que essas pessoas podem estar tão iludidas, e pela falta de conhecimento, começam a pregar o ódio.

Querem acrescentar algo?

Preta: Eu queria falar para as pessoas conhecerem um pouco mais sobre o mundo carcerário, sobre as prisões políticas. Porque todos os presos deste país são presos



políticos. Quando não se dá oportunidade para uma pessoa, quando se tira a oportunidade, não há o que fazer, a não ser cometer algum tipo de crime. Então, peço para olhar com outros olhos para essas pessoas que estão sendo encarceradas e escravizadas mais uma vez. O que sobra para o povo preto é morar na periferia, no barro, no esgoto. Não vamos julgar, vamos nos atentar mais. Onde estão jogando nossos corpos? Quando uma mulher ganha voz neste país recebe catorze tiros, como aconteceu com Marielle. Ou vai presa injustamente, como fui presa, ou exilada, como minha mãe foi exilada. Por quê? Enquanto isso, os poderosos, que estão aí roubando há anos, com provas nítidas, e ninguém faz nada.

E se esses poderosos que estão roubando há anos fossem presos, seriam presos políticos?

Preta: Não, porque sempre tiveram oportunidades. Preso político é quem não teve oportunidade na vida, é quem batalhou, que lutou, e que foi obrigado a ir para uma cadeia. As pessoas brancas da elite nunca serão presos políticos, serão ladrões, sim.

Carmen: Eu acho que a democracia nossa é uma democracia hipócrita. Os julgamentos são sempre para uma parte, e não para todos. Então, se o sistema é falho, e aquele que rouba porque tem um cargo superior e a justiça não vai alcançá-lo...

A liberdade dele é política.

Carmen: Isso. ■

Pesquisadores negros e o contexto produzido acerca das categorias de sujeição criminal

THAYNÁ J. F. YAREDY



THAYNÁ J. F. YAREDY
É PRESIDENTE DA REDE FEMINISTA DE JURISTAS DEFEMDE. ADVOGADA, PESQUISADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

1. RACIONAIS MC'S. NEGRO DRAMA. ÁLBUM: NADA COMO UM DIA APÓS O OUTRO DIA. 2002. GRAVADORA COSA NOSTRA. PRODUÇÃO ZÉ GONZALEZ.

Inicialmente é importante situarmos nossa escrita, vez que fazê-lo nos permite transportar à produção acadêmica maior chance de imprimir coerência e conhecimento às nossas obras e explicitar os desejos e aspirações que se pretendem produzir no texto.

Vale observar também a forma, o como fazer e, principalmente, os motivos de se produzir determinada coisa, vez que os últimos dizem mais de nós que os primeiros.

Sendo assim, me situo no lugar de observadora das produções de pensamento nas ciências criminais, neste ínterim, pretendo que minha observação seja a do meu leitor a fim de que este possa se pensar enquanto receptor de parte de um conheci-

Pesquisadores deixam de se colocar como parte dos agentes que constroem a figura do “marginal” social

mento mais, que também possa me reconhecer nesse contexto de escrita como uma pesquisadora participante do contexto narrado, vez que sou eu parte do quebra-cabeças social que me pretendeu, desde o nascimento, no meio, assim como diz a música “*entre o sucesso e a lama*”¹, visto que não posso me qualificar hoje como pesquisadora sem remeter ao meu passado subalternizante e ao meu presente, no contexto de socialmente subalternizada, sendo eu parte do

2. MISSE, MICHEL. CRIME, SUJEITO E SUJEIÇÃO CRIMINAL: ASPECTOS DE UMA CONTRIBUIÇÃO ANALÍTICA SOBRE A CATEGORIA “BANDIDO”. LUA NOVA. SÃO PAULO. 79: 15-38. 2010.

3. SOBRE ESTE CONCEITO, NO CAMPO DA CRIMINOLOGIA OBSERVAR AS PRODUÇÕES VOLTADAS À ESCOLA DO LABELING APPROACH THEORY.

grupo base da sociedade atual.

Dito isso, acredito que possamos situar nossa troca, neste sentido gostaria de compartilhar com vocês os motivos pelos quais me debrucei ao estudo do conceito ora narrado, especificamente trabalhado pelo autor aqui colocado, vez que sua narrativa faz parte de uma construção social que reforça em mim, em diversos atravessamentos de vida, a lembrança torta de existir lembrando quem nos pode retirar a alma do humano.

Escolhi trazer para nós o conceito de “sujeição criminal”², não apenas pelo que ele significa na vida de pessoas negras, a saber, encarceramento, letalidade, relativização de direitos, morte, mais pelo que ele representa no contexto da produção do pensador aqui apresentado.

Em síntese apertada, Misse (2010) analisa o contexto da sujeição, no sentido de observar a experiência de subjugação, para tanto ele observa diversas nuances do

contexto social para que possa fornecer ao leitor experiências contundentes de subalternização como sujeito posto contra a estrutura de poder que, por sua vez, faz emergir o contraponto reflexivo de toda essa dinâmica, o qual ele nomeia “potência”.

A análise é feita sob diversas perspectivas do contexto factual, tendo observância das diversas formas de subjugação do outro, no entanto, o foco do texto se dá na análise do sujeito “etiquetado”³ como bandido ou marginal.

Neste sentido, vale observar que as produções relacionadas aos estudos das violências, do contexto social relacionado à crime e morte, começam no Brasil pelos estudos de pessoas voltadas às grandes universidades, núcleos de estudos dos quais não havia inserção de pessoas negras e pobres, neste sentido, o que observamos é a produção científica que fornece ao pesquisador a autoridade científica para afirmar, a partir de estudos aprofundados que têm como viés

o distanciamento pessoal e emocional deste quanto ao objeto de estudo, como, de que maneira e por qual motivo se dão as dinâmicas relacionadas à determinada dinâmica e os motivos pelos quais estas detêm estas ou aquelas características.

Assim, passemos à análise da análise do conceito em questão.

Embora o reconhecimento da “causação circular acumulativa de desvantagens para um segmento da população” (MISSE, 2010 p. 18) o autor deixa de considerar essa causa também na produção de pesquisa, sendo ele apartado do grupo que acumula vantagens e, por consequência, produz conceitos científicos e, portanto, verdades acadêmicas que podem e serão utilizadas pelas gerações futuras, desde a década de 1970 para qualificar e demonstrar determinados fenômenos sociais sem levar em consideração sua posição social, econômica e emocional para descrever e dizer do outro da forma com que coloca em seu texto.

Neste sentido, pesquisadores deixam de se colocar como parte dos agentes que constroem a figura do “marginal” social e fomentam a forma de enquadrar pessoas que serão signatárias da política de repressão do Estado.

Vale pontuar também que, não há qualquer menção na produção acadêmica, assim como não há em outras próximas a menção da necessidade de se haver um corpo de pesquisa composto de pessoas que conheçam com proximidade a experiência de ser signatário das políticas de morte do Estado, neste sentido, podemos observar que, embora as afirmações contidas no texto, no sentido de observar o intercâmbio de linguagem entre os diversos segmentos sociais e a relativização do linguajar do “bandido” para um uso corrente, deixa de observar o autor o contexto discriminatório e etiquetador que é utilizado em sua produção quando afirma que “palavrões e formas machistas de se expressar”

O racismo estrutural assume diversas formas, sendo a forma velada sua incorporação mais brasileira

(MISSE, p. 34) são parte da linguagem do que ele chama de submundo.

Há que se observar, neste sentido, o viés discriminatório que anos de produção científica sem pessoas negras e pobres produz nos grandes centros de conhecimento social, visto que é esse tipo de produção estigmatizando que ganhará a validação científica de clássico e indispensável para a produção do saber social, ainda que não leve em consideração que o local chamado de submundo no contexto da escrita é o bairro de alguém que, não necessariamente se comporta tal como o autor descreve a conduta de quem reside neste lugar, não muito por escolha mais, muitas das vezes por necessidade, de “lugar separado” da sociedade.

É importante nos situarmos na produção científica, é mais importante partilharmos dela enquanto pesquisadores, vez que nossas vozes necessitam ser também validadas como as de autoridades em temas como o da segurança pública e das produções relativas às políticas de segregação, vez que, apesar de não sermos nós os clássicos escritores e produtores de conhecimento nesta seara, somos nós o insumo de pesquisa de assuntos, conceitos e teorias que colocam pessoas que, muitas das vezes, até por falta de proximidade com os locais aos quais resolvem analisar, não detém conhecimento apurado para descrever dinâmicas sociais sem estigmatizar a população que ali vive.

Precisamos incorporar o uso da pesquisa, as formas de produção de conhecimento, não no sentido do uso desenfreado e malgrado dessa produção e não apenas para que sejamos, de maneira individual

4. ESTUDANTE NEGRA É BARRADA EM PRÉDIO DA USP POR SEGURANÇAS. POR LEANDRO MACHADO. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/2014/05/1454063-ESTUDANTE-NEGRA-E-BARRADA-EM-PREDIO-DA-USP-POR-SEGURANÇAS.SHTM](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1454063-estudante-negra-e-barrada-em-predio-da-usp-por-seguranças.shtml)

5. RACISMO NA USP: ESTUDANTE NEGRA É IMPEDIDA DE ENTRAR NA UNIVERSIDADE. ANDRÉ MARTIN. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PRAGMATISMPOLITICO.COM.BR/2014/05/RACISMO-NA-USP-ESTUDANTE-NEGRA-E-IMPEDIDA-DE-ENTRAR-NA-UNIVERSIDADE.HTML](https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/racismo-na-usp-estudante-negra-e-impedida-de-entrar-na-universidade.html)

autoridades neste ou naquele assunto.

Nossa necessidade é incorporar o *modus operandi* que nos permitirá falar de nós mesmos e retificar conclusões e conceitos que nos discriminam e validam posturas de truculência em nossos bairros.

Precisamos frear, também e principalmente dentro de centros de estudo as chances de validação da nossa civilidade, nos assentaremos, neste sentido na luta contra o epistemicídio, visto que ele também é parte das possibilidades de nos exterminar.

Vamos retificar e ratificar a história das produções que falam de nós sem nos dizer e nos colocar, se somos nós a ponta da lança em assuntos como sujeição, seremos o sujeito atrás da tela que fala pela política pública que nos é endereçada mais não incorpora nossos corpos e mentes na produção de respostas e soluções para uma vida melhor.

Nenhuma produção é livre dos marcadores

sociais nos quais estão inseridos os conceitos e preconceitos aos quais seu interlocutor foi exposto, assim como não foi e não o é quanto das produções acadêmicas não será com as nossas, neste sentido, para além de produzirmos sobre as vidas negras, para além de analisarmos o agora e nos debruçarmos sobre novos conceitos, devemos observar também as produções de conhecimento que podem, de algum modo, colocar ou recolocar em nossos corpos estigmas que não nos dizem respeito mais que foram construídos pelas vozes de humanidade que tiveram vantagens o suficientes para nos subalternizar.

Mulheres negras nas produções acadêmicas, não só brasileiras, produzem a essência da resistência na produção de saberes. Para além disso, o corpo de mulheres que carregam em si mais de uma opres-

Esses silêncios invisíveis acabaram por formar castelos de muros altos

são social dentro de um contexto de produção do poder-saber é algo como o que Collins (2016) nos traz quando trata da “estranha de dentro”.

Por assim dizer, nos tornamos parte não incorporada de uma estrutura que, ao mesmo tempo que nos ama e não vive sem nossos corpos, repudia veementemente nosso intelecto e visões de mundo.

Por aqui, podemos narrar, em diversas situações que pesquisadoras negras poderão elencar com tristeza e similitude, a forma com que somos, elegantemente tratadas. A forma cínica e silenciosa das perguntas que rodeiam esses corpos, desde a entrada no ambiente educacional⁴, até o “bug” que parece existir nas mentes das pessoas quando se deparam com estudantes negras de cursos tradicionais em universidades conceituadas⁵.

Eu quero explicitar aqui que este é só um caso evidente diante de casos diários de segregação sobreposta em burocracias

de segurança que são impostas, em sua maioria à corpos de mulheres negras.

Se o embargo existe no corpo, por qual razão não tomaria parte nas ideias, daí a observar o buraco que existe na produção de teorias acerca das subalternidades e subalternizações de corpos negros no Brasil.

Sabemos até aqui que o racismo estrutural assume diversas formas, sendo a forma velada sua incorporação mais brasileira. Aqui retomo meu raciocínio diante das explicações de Collins para afirmar e reafirmar esse lugar das barragens dos saberes femininos negros dentro das perspectivas científicas e sociais.

Apesar do ponto de vista privilegiado explicitado na narrativa da pesquisadora e evidentemente reproduzido nas muitas experiências de mulheres negras ao longos dos lugares, dos tempos e das construções, nós ainda não dispomos do uso pleno destas lentes para benesses dos nossos.

Nossa necessidade é incorporar o *modus operandi* que nos permitirá falar de nós mesmos

Há ainda que se observar o intento do uso sempre premente, possível da mordaça invisível dos silêncios que nos foram impostos. Eles são parte de uma construção refinadíssima do racismo.

O silêncio disfarçado de degradação de autoestima, uma forma de provar, firmar e reafirmar periodicamente uma inabilidade invisível e inexistente das mulheres de produzir saber. Essa chance que o racismo trouxe às nossas bocas, travestidas de burocracia científica chamada, inicialmente de método, àquele no qual nós não poderíamos ser inseridas da concepção de quem produz, afinal, objeto pesquisado é próximo demais para aferir os impactos do que ali é produzido, diriam alguns.

Esses silêncios invisíveis acabaram por formar

castelos de muros altos, constituídos por outros tijolos que não os costumesiros, explícitos e chocantes que mostram o lado do corpo mais repugnante da discriminação.

Esse tipo de mordaça é aquela mais bonita, com rendas e laços de fita, a mordaça útil como um grande salto alto, que nos cala, no entanto, nos serve para parecermos mais belas, dirão, não a nós mulheres negras, mais àquelas outras que podem performar a feminilidade que só existe para determinados corpos, novamente outros, que não os nossos.

Assim estamos próximas, dentro, mais distantes das chances, da produção, da análise e da pesquisa, e quando perto ou dentro ainda somos o outro e todos os dias há de haver uma luta para que os pingos nos ís e as vírgulas necessárias não nos impeçam de cumprir nossas missões desde sempre de construir uma estrada onde tantas outras e outros da gente poderão caminhar. ■

Ainda somos o país das chacinas

JACQUELINE SINHORETTO E SOFIA TOLEDO

JACQUELINE SINHORETTO

É PROFESSORA DE SOCIOLOGIA DA UFSCAR, COORDENADORA DO GEVAC, CONSULTORA DA PESQUISA.

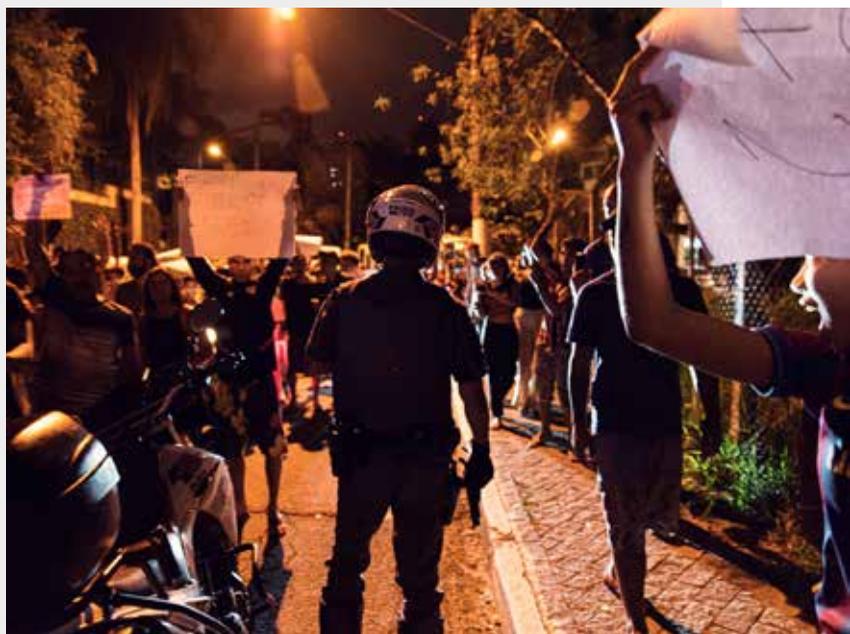
SOFIA TOLEDO

É ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E ESTAGIÁRIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS NA PESQUISA DE CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL

A partir de um levantamento da FPA sobre chacinas no Brasil, refletimos sobre a dificuldade histórica dos governos progressistas em fazer avançar a adesão aos direitos humanos

Durante a redemocratização, os governos civis assumiram pautas de direitos humanos na tentativa de reformar as instituições que haviam dado suporte à violência política da ditadura. Contudo, sofreram forte resistência dos setores internos da polícia, do Ministério Público e do Judiciário para que nada fosse mudado na confortável de ausência de controle externo de suas atividades. Campanhas opositoras aos governos com pautas reformistas foram tão potentes nos meios de comunicação, a ponto de conseguir atrelar à expressão direitos humanos o rótulo de “privilégios de bandidos”. A inversão da positividade

DANIEL ARROYO/PONTE



do termo ganhou terreno no Brasil recém saído da ditadura militar, o que não se passou em outros países, onde a expressão conserva seu caráter quase consensual.

Nos anos que seguiram à Constituição de 1988, surgiram leis para dar efetividade a diferentes dimensões dos direitos humanos, a proteção da infância, do meio ambiente, do consumidor. E também abriu-se o debate sobre a necessidade de reformar o Judiciário

para adequá-lo a uma sociedade democrática e promotora de direitos humanos. Uma emenda constitucional foi proposta, em 1991, por Hélio Bicudo (à época deputado pelo PT) para tornar mais efetiva a atuação das autoridades em casos de graves violações aos direitos humanos. A PEC tramitou por quase 15 anos no Congresso e, por fim foi promulgada descaracterizada em relação aos objetivos iniciais, em razão da intervenção de outras lógicas – corporativas ou

atuariais – na reforma do Judiciário.

Uma sequência de graves violações aos direitos humanos se acumula desde então. Massacres, chacinas, violência policial, massacres em presídios tornaram-se eventos noticiados quase todos os dias nos jornais. São eventos que afetam a normalidade da vida em muitas comunidades do país.

Várias pesquisas ao longo dos anos demonstraram a gravidade da situação. Sobre tudo os que vivem nas periferias urbanas, que estão nas prisões ou que estão ligados à luta camponesa não conseguem fazer valer os direitos civis mais elementares. E quando são mortos ou torturados, o sistema policial e judiciário não age em sua defesa, não investiga os casos e dificilmente pune os agentes da violência exacerbada.

Contudo, o tema dos direitos humanos tem sido relegado a uma posição secundária nas políticas dos governos de esquerda no Brasil. Ainda que tenham existido políticas formais desde os

Várias pesquisas ao longo dos anos demonstraram a gravidade da situação, sobretudo os que vivem nas periferias urbanas.

anos 1990, os governos não conseguem escapar do enquadramento de suas ações como “defesa de bandidos” e recuam diante da necessidade de reformas institucionais mais profundas.

Para tentar intervir no debate sobre violação aos direitos humanos no Brasil, a Fundação Perseu Abramo desenvolve por meio do projeto Reconexão Periferias um levantamento sobre chacinas. Procuramos investigar sua incidência em todo o país, os principais conflitos que levam à exacerbação da violência, compreender os contextos em que as graves violações ocorrem, quem são os atores que promovem a morte em larga escala.

Nossos resultados apontam para um quadro bastante diverso de chacinas

entre 2016 e 2018, tendo contabilizado 242 casos: há vários tipos de chacina, algumas com suspeita de participação policial (51 casos), outras promovidas por grupos armados no campo (4 casos), outras ainda comandadas por grupos ligados ao tráfico de drogas (84 casos), além de outras motivações como feminicídio e casos associados (12 casos), atuação ou operação policial (16 casos). A maioria dos casos não teve resolução e houve pouca repercussão política. Trata-se de uma realidade violenta que foi se tornando extremamente complexa, enquanto os governos tiveram dificuldade de efetivar os planos desenhados.

No esteio da ausência de repercussão institucional e social aos casos mais exarcebados de violência, chegamos a ter governantes em 2019 que veiculam as mensagens mais brutais e de desqualificação dos direitos humanos. Isto tornou-se possível na medida em que a democratização foi também um processo permeado de fracassos. ■

A árdua tarefa de viver e pensar o Brasil em tempos de fúria

BRUNA ROCHA

BRUNA ROCHA É BAIANA, JORNALISTA, MILITANTE DO PT, ACADÊMICA E PERIFÉRICA. É PESQUISADORA DA ANÁLISE DO DISCURSO, INTEGRA O COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA - ENEGRECEER E ATUA NAS ÁREAS DE COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA.

Estamos participando do maior laboratório de desumanização da política que o Brasil viveu desde a ditadura militar. No poder, um presidente de proveta que responde a uma histeria social baseada no ódio e no apego aos privilégios que estruturam o Estado brasileiro com pilares de opressão, discriminação, violência e morte. Na população, uma sensação de vazio e o assalto de perspectivas de longo prazo. A dinâmica da sobrevivência, cada dia mais árdua, estrangula nossas possibilidades de imaginação, de prospecção, de sonhar, afinal, nosso cotidiano está marcado pelo desemprego, ameaça aos direitos conquistados e o luto de mortes consecutivas de crianças, jovens, homens, mulheres e lideranças como Marielle Franco.

Não podemos negar que há muito tempo o chamado estado de exceção é regra nos territórios

Um partido de projéteis, um presidente de proveta e um povo sem projeto: a árdua tarefa de viver e pensar o Brasil em tempos de fúria

periféricos de nosso país. Nossa política de segurança pública – herdeira do legado da ditadura e do escravagismo – é genocida e retroalimenta o modelo econômico da necropolítica – conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe para designar a institucionalização de políticas de destruição de corpos em populações em razão de determinada ideia de soberania. Pois é esta ideia de soberania que está em jogo no Brasil à muitos anos, com as tensões sociais no interior das disputas democráticas, mas o que está acontecendo agora está muito mais fora do script do que

todas as contradições que vivemos nos últimos anos.

Tudo começa com uma grande disputa simbólica, uma guerra acontecendo no imaginário nacional, cujo apelo tem efeitos controversos e imprevisíveis na cabeça dos indivíduos. Apesar das múltiplas camadas ideológicas que coexistem entre os que têm uma orientação mais conservadora ou mais progressista, há uma polarização real colocada sobre questões muito fundamentais. De um lado, aqueles que acreditam que a construção da soberania deve se pautar em direitos, em distribuição dos recursos, em preservação do meio ambiente, em inclusão social e reparação histórica para setores violentados como a população negra e indígenas, as mulheres, os LGBTQs e a classe trabalhadora de modo geral. Do outro lado, aqueles que sustentam a opinião de que a soberania

nia deve ser sustentada a partir de dogmas religiosos, restrição de direitos, punição, violência e dinheiro subtraído de investimentos públicos para transações criminosas de destruição e privatização do patrimônio nacional. Mas é muito pior do que isso. Porque para sustentar esse projeto que é a naturalização da necropolítica, é necessário estimular o caos social, o que vem sendo feito a partir da incitação ao ódio, propagação de mentiras (fake news) e relativização de consensos consolidados como a necessidade de combater o machismo, o sexismo, a lgbtfofia, os crimes ambientais.

A necropolítica do bolsonarismo é contundente, ela atinge todas as dimensões da vida neste país, a começar pelo seu coração: a Amazônia. O que está colocado é um plano de completa destruição da maior fonte de diversidade e recursos naturais de nossa nação e uma das mais importantes do planeta. Não existe pudor em desmatar, queimar, vender, porque a necropolítica se alimenta

Nosso cotidiano está marcado pelo desemprego, ameaça aos direitos conquistados e o luto de mortes consecutivas

de morte. Natureza morta, humanidade morta e é incomensurável o impacto das políticas de destruição da Amazônia para a população brasileira, desde os povos amazônicos até todo mundo, porque a realidade é que aquela floresta é fonte de vida para cada brasileiro e cada brasileira.

O descaso do governo com o derramamento de óleo nas praias do Nordeste é mais uma prova do projeto de morte que está em curso em nosso país. Não se trata de um fenômeno simples ou localizado, se trata de um acidente que pode deixar danos permanentes na biodiversidade marítimas com consequências de longo prazo para toda a população que vive e depende do mar e até para quem não. Por fim,

perceber os desdobramentos deste governo no acirramento das tensões sociais e desdobramentos nas múltiplas formas de violência que vêm dando o tom do cotidiano nacional das ruas às redes, dos diários oficiais às notícias de jornais. Somos violentadas por leis e ementas que nos tiram direitos, como a reforma da previdência, somos violentadas por uma enxurrada de ódio e xingamentos nos espaços virtuais e somos violentadas pela estarecedora realidade de mortes que todos os dias acontecem nas periferias, cujas vítimas têm cor, têm corte e a história de seus lugares interrompidas pelo sangue e pelo silêncio e muitas vezes sequer tem os dentes de leite guardados debaixo do travesseiro. O assassinato de crianças como Ágata e Lucas imobiliza, deprime, muitas vezes nos tira a força de reagir.

É neste cenário que o presidente Jair Bolsonaro recolhe assinaturas sujas de sangue para montar seu novo partido. Uma aliança com tudo que há de mais sombrio no

Brasil, com legenda que faz menção à um tipo de revólver e uma singela homenagem feita de projéteis, pois não há mistério nem pudor em assumir que se trata de um Partido da Morte, de uma aliança pela destruição. A impressão que fica às vezes é que nem estas pessoas se importam onde isso vai parar, elas só querem caminhar por aí com suas metralhadoras e motosserras retroalimentando ciclos de destruição, enquanto isso lhes dê poder e dinheiro, ainda que seja por tão pouco tempo antes que não sobre mais nada.

A pergunta que fica é: o que fazer diante de um cenário tão nebuloso, que inclusive é parte conjuntura internacional muito desfavorável, o que fazer para não entregar as pontas à barbárie? Não tenho nenhuma certeza, mas talvez algumas pistas. Acredito que a primeira coisa é resgatar um valor historicamente negligenciado pela esquerda tradicional: o amor. Pode parecer bobo, inclusive em uma episteme ocidental

Para sustentar esse projeto que é a naturalização da necropolítica, é necessário estimular o caos social

e de uma esquerda institucionalizada e pragmática, mas nunca fez tanto sentido falar de amor. Pois as disputas que estão colocadas estão no nível do filosófico, do cosmológico, o conceito de humanidade está em questão. E o amor é esta força motriz que sintetiza o bom legado da humanidade, aquilo que deu certo, aquilo que fez povos sobreviverem à face mais perversa de nossa história sangrenta. Somado ao amor, precisamos retroalimentar freneticamente nossa capacidade de construir redes. Peixe que nada sozinho morre, mas o cardume sobrevive e a nossa herança de conquistas, desde a geração de mulheres empoderadas e que não admitem mais a violência doméstica, até

os jovens apaixonados por sua ancestralidade, até a turma de medicina que forma maioria de estudantes negros no interior da Bahia, até cada agricultor e agricultora familiar que resiste ao agrotóxico, até cada tribo indígena que desenvolve formas alternativas de vida e saúde. Precisamos destas redes vivas e ativas. Parece-me que é no território que nossa costura precisa acontecer com mais precisão, com capacidade de cuidar uns dos outros, acima de tudo, e de preservar toda e qualquer tecnologia social, ambiental, política e econômica que seja alternativa ao projeto de morte colocado. Oxigenar nossa capacidade de conspirar, transpirar, respirar e não ceder ao ódio. Jamais esquecer quem somos e como somos diferentes destes odiosos. Não estou certa de uma vitória a curto prazo, meu otimismo está doente assim como todos os meus amigos e amigas, mas acredito na força motriz da Justiça e sei que uma hora ela vai reinar. Mas precisamos talhar o caminho. ■

A negação dos direitos humanos na relação de trabalho informal

LÉA MARQUES E MATHEUS TOLEDO

DANIEL ARROYO/PONTE



LÉA MARQUES SILVA É SOCIOLOGA E CONSULTORA DO EIXO “TRABALHO” NO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS, E MEMBRA DA COORDENAÇÃO-EXECUTIVA DA PESQUISA “TRAJETÓRIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”.
MATHEUS TANCREDO TOLEDO É CIENTISTA POLÍTICO, ANALISTA DE PESQUISAS E DE POLÍTICA NA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E MEMBRO DA COORDENAÇÃO-EXECUTIVA DA PESQUISA “TRAJETÓRIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”.

Os Direitos Humanos são relativos, historicamente determinados, variáveis no tempo e de acordo com as particularidades culturais e históricas de cada sociedade na qual estão inseridos. No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 (CF 88), os direitos humanos são a base dos direitos e garantias fundamentais ali assegurados, tais como a vida, a igualdade, a liberdade, a educação, o trabalho e a segurança, entre outros.

Os direitos estão sendo cotidianamente atacados e subtraídos por meios de Medidas Provisórias inconstitucionais

Assim, nossa Carta Magna traz em seu Título II, o direito ao trabalho, como um Direito Social Fundamental, mas vai além, assegura uma legislação trabalhista que visa garantir a dignidade humana

dos trabalhadores e trabalhadoras, sem nenhuma forma de discriminação. No Artigo 5º afirma que “A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo” (CF, Art. 5º). No Artigo 7º, vai além, “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (CF, Art. 7º - XXX). Ainda no Art. 7º, apresenta uma série de parâmetros legais para

assegurar a dignidade humana nas relações de trabalho, normatizando, por exemplo, que a jornada semanal não pode ser superior a 44h; a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, inclusive para quem recebe remuneração variável; recebimento de décimo terceiro salário; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença à gestante, com a duração de cento e vinte dias; licença-paternidade; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; e ainda, igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso. (CF, Art. 7º)

Pode-se dizer, portanto, que a centralidade do trabalho, para a ampla maioria das pessoas,

Aos trabalhadores e trabalhadoras informais, maioria da população que está nas periferias do Brasil regra geral é o desamparo absoluto

como um direito humano fundamental para a construção de uma vida pessoal e comunitária, é percebida pela CF 88. Conforme afirma Delgado, “Sabidamente, instituiu a Constituição que o trabalho, em especial o regulado, assecuratório de certo patamar de garantias ao obreiro, é o mais importante veículo (se não o único) de afirmação comunitária da grande maioria dos seres humanos que compõem a atual sociedade capitalista, sendo, desse modo, um dos mais relevantes (se não o maior deles) instrumentos de afirmação da Democracia na vida social. À medida que democracia consiste na atribuição de poder também a quem é destituído de riqueza – ao

contrário das sociedades estritamente excludentes de antes do século XIX, na História –, o trabalho assume o caráter de ser o mais relevante meio garantidor de um mínimo de poder social à grande massa da população, que é destituída de riqueza e de outros meios lícitos de seu alcance. Percebeu, desse modo, com sabedoria, a Constituição a falácia de instituir a democracia sem um corresponde sistema econômico-social valorizador do trabalho humano.” GODINHO (2007)¹

Contudo, tais direitos historicamente não são pontos pacíficos na disputa política e econômica do país, e, lamentavelmente, destinam-se apenas para as pessoas que estejam empregadas com vínculo formal de trabalho. Aos trabalhadores e trabalhadoras informais, maioria da população que está nas periferias do Brasil, e que hoje somam cerca de 41,4% da força de trabalho ocupada de todo país (PNAD-contínua, IBGE

31/10/19), a regra geral é o desamparo absoluto nas condições de trabalho.

Na pesquisa Trajetória da Informalidade no Brasil Contemporâneo², realizada pela Fundação Perseu Abramo, pudemos constatar tais situações. Pudemos contar com relatos emblemáticos que permitem associar diretamente o trabalho informal com más condições de trabalho. As entrevistadas trabalhadoras domésticas, por exemplo, trouxeram relatos de melhora de suas condições de trabalho nos últimos anos, porém às custas da formalidade: a redução de jornada veio em detrimento da contratação via carteira de trabalho, levando-as à modalidade de diaristas. No caso das entrevistadas manicures, há relatos de deterioração da saúde pelo trabalho exaustivo, como, por exemplo, a presença de fortes dores nas costas

Mas tal revisão precisa de um momento político favorável às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras

e nos braços. Para os motoboys, jornada de trabalho cada vez maior por causa dos aplicativos de entrega, que incentivaram a disputa entre trabalhadores e reduziram o rendimento.

Um dos pontos a avançar seria a revisão do conceito central para o acesso aos direitos trabalhistas que é o da subordinação. “*A readequação conceitual da subordinação – sem perda de consistência das noções já sedimentadas, é claro –, de modo a melhor adaptar esse tipo jurídico às características contemporâneas do mercado de trabalho, atenua o enfoque sobre o comando empresarial direto, acentuando, como ponto de destaque, a inserção estrutural do obreiro na dinâmica do tomador de seus serviços. Estrutural é,*

pois, a subordinação que se manifesta pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de seus serviços, independentemente de receber (ou não) suas ordens diretas, mas acolhendo, estruturalmente, sua dinâmica de organização e funcionamento.”
GODINHO (2007)

Mas tal revisão precisa de um momento político favorável às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, diferentemente do momento atual em que vivemos, no qual os direitos estão sendo cotidianamente atacados e subtraídos por meios de Medidas Provisórias inconstitucionais editadas pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Reconhecer a centralidade do trabalho digno para a garantia dos direitos humanos, impedindo retrocessos e lutando pela extensão de direitos a todos trabalhadores/as, é determinante para avançarmos na luta por direitos para as periferias. ■

2. CF.: [HTTPS://FPABRAMO.ORG.BR/PUBLICACOES/PUBLICACAO/PESQUISA-APONTA-TRAJETORIAS-DA-INFORMALIDADE-NO-BRASIL/](https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/pesquisa-aponta-trajetorias-da-informalidade-no-brasil/)

violência, 20% difusão artística, 19% feminismo, 16% comunidades e povos tradicionais, 16% desenvolvimento territorial, 13% trabalho, 13% saúde, 11% comunicação, 8% LGBTQI, 7% agrário/ruralidades, 7% moradia, 6% religião e 2% mobilidade.

■ Atividades realizadas: 60% oficinas, 54% reuniões, 44% ensaios e aulas artísticas, 44% apresentações artísticas, 41% formação, 29% atendimento, 28% cursos, 23% visitas/excursões e 11% profissionalização (outros: articulação, debates palestras, comunicação, seminários, rodas de conversa, encontros, pesquisas, assessorias, gestão de projetos, incidência política);

■ Principais formas de cerceamento enfrentadas: 55% racismo, 49% machismo, 36% fundamentalismo e intolerância religiosa, 34% repressão policial, 33% LGBTIfobia, 17% xenofobia, 11% enfrentamento com grupos privados armados e 27% nenhum tipo.

■ 61% das organizações são compostas por até 15

pessoas, 18% por até 30 pessoas, 6% até 45 pessoas, 3% até 60 pessoas, 1% até 75 pessoas, 1% até 90 pessoas e 9% por mais de 90 pessoas.

■ 39% mobiliza até 40 pessoas por atividade, 14% até 60 pessoas, 17% até 100 pessoas, 11% até 200 pessoas, 8% até 500 pessoas e 10% mais de 500 pessoas.

■ 58% utilizam espaço emprestado/cedido, 51% espaços públicos, 43% espaço próprio, 10% ocupação e 10% ambientes virtuais.

■ 57% já participou de edital de fomento a projetos, sendo que 29% recebe fomento público/estatal, 20% privado p. física, 26% privado p. jurídica e 39% financiamento coletivo. Outro dado relevante é que 63% têm estratégia de autofinanciamento.

■ 23% realizam atividades direcionadas para uma região do município, 22% para toda a cidade e 19% no próprio bairro. De abrangência estadual, 22%, nacional, 11% e internacional, 2%.

■ 56% possui filiação em redes ou fóruns, 51% participam de conselhos de controle e participação social, 45% têm relação com partido político (38% com PT, 16% com PSOL, 9% com PCdoB, 3% com PSB, 3% com PDT, 2% com PSTU e 1% com PSDB, REDE, MDB, PCB, PSD e PV).

Ao olhar para o nosso tema do mês, Direitos Humanos, não podemos deixar de destacar que todos os coletivos e movimentos mapeados trabalham com essa agenda internacional, independente do seu foco de atuação. O que muda, como já apontamos, é o método de intervenção local, que pode ir da música à religião, mas no geral estão pautando um ou mais dentre os direitos fundamentais que, como sabemos, são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes.

Embora façamos o destaque de que os Direitos Humanos sejam transversais a atuação de todos os grupos, nem todos colocam este como primário com o objetivo

■ **Norte**

Acre

Campanha “Casinha Recicla”

Data: 15/12/2019

Horário: 14:00 às 17:00

Local: Casinha Ocupação Cultural - Rua Granada, 50, 69918-028 Rio Branco, Acre

Amapá

Domingo da Tradição - Roda de Tambor Coisa de Preto

Data: todo domingo

Horário: a partir das 18:00

Local: Sankofa - Rua Beira Rio, 1488
Orla do Santa Inês
Macapá

Quarta de Arte da Pleta

Data: toda quarta-feira

Horário: a partir das 19:00

Local: Sankofa - Rua Beira Rio, 1488
Orla do Santa Inês
Macapá

Amazonas

Human Hackfest Ação Humanitária

Data: 13 a 15/12/2019

Horário:

Local:

Pará

Exposição RIOS E REDES

Data: 15/12/2019 a 30/01/2020

Horário: 18:00 a 22:00

Local: Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará – CCJE

Veg Casa 10 anos (go vegan, antifa)

Data: 15/12/2019

Horário: a partir das 16:00

Local: Raio Que O Parta

Rua Ferreira Cantão, 278 - Campina Belém

Cortejo Cabano. Cabanagem 185 anos!

Data: 11/01/2019

Horário: 15:00 às 22:00

Local: Travessa 13 de Maio com a Avenida Portugal

Rondônia

Equidade de Gênero e Bem Viver - Seminário Integrado GEPGÊNERO e GEP CULTURA

Data: 19/12/2019 e 20/12/2019

Horário: a partir das 9:00

Local: Campus UNIR, Bloco 1N
Auditório Milton Santos, Bloco 1T
Porto Velho

Ação Social de Natal do Grupo Ajudar

Data: 15/12/2019

Horário: 9:00 às 13:00

Local: Rua Rio Preto esquina com Maquilaren n 2255 - Ayrton Senna
Porto Velho

Roraima

Tocantins

Projeto Unidos por um Mundo Melhor – UPMM, realizará a 4ª edição do “natal solidário”

Data: 21/12/2019

Horário:

Local:

■ **Nordeste**

Alagoas

Bahia

Exposição Adilson Baiano Paciência e novas aquisições/doações do acervo da laje

Data: 30/11/2019 a 30/01/2020
Horário: livre, agendamentos no Facebook do Acervo da Laje
Local: Acervo da laje - casa 2
Rua Sá Oliveira 2A
São João do Cabrito

Ceará

VIII Mostra de Esquetes

Data: 15/12/2018
Horário: 17:00 às 21:00
Local: Cia Viv'art
Rua 3 Corações
Fortaleza

Maranhão

I Seminário de Mãos Literárias

Data: 07/01/2019 a 09/01/2019
Horário: a partir das 19:00 do dia 07
Local: Universidade Federal do Maranhão
Avenida dos Portugueses
São Luis

Paraíba

Projeto Por Um Natal Feliz

Data: 25/12/2019
Horário: 19:00
Local: Instituto Voz Popular
Rua Arquivista Jonathas Cárcenas, 54
Castelo Branco
João Pessoa

Competição dos Parça

Data: 24/12/2019
Horário: 19:00
Local: Comunidade Nova República (Geisel)
João Pessoa

Pernambuco

Panela no Poço

Data: 15/12/2019
Horário: 14:00 às 19:00
Local: Casa Astral
Rua Joaquim Xavier de Andrade, 104
Poço da Panela
João Pessoa

Piauí

Feirinha Sideral #2ªedição

Data: 21/12/2019
Horário: a partir das 16:00
Local: Galeria The Doors - Work & Art
R. Gen. Ademar Rocha, 2525
Teresina

Rio Grande do Norte

Natal Invisível

Data: 22/12/2019
Horário: 11:30 às 16:30
Local: Praça André de Albuquerque
Cidade Alta
Natal

Sergipe

Workshop de Dança do Ventre Permite-se Aracaju

Data: 21/12/2019
Horário: das 9:00 às 12:00
Local: Não divulgado ainda
Obs: sujeito a taxa de inscrição

Centro-Oeste

Distrito-Federal

Cine Tijolada para população em situação de rua - Tulipas do Cerrado

Data: 18/12/2019
Horário: 18:00

Local: Setor Comercial Sul
Distrito Federal

Goiás

Terça no Teatro apresenta: Concerto de Natal

Data: 17, 18, 19 e 20/12/2019
Horário: 20:00
Local: Teatro SESI GO
Av. João Leite, 1013
Setor Santa Genoveva
Goiânia

Feira das Minas - Natalina

Data: 15/12/2019
Horário: 16:00
Local: Centro Cultural Martim Cererê
Rua 94 A Q 18, s/n It 1
Goiânia

Misturô Feira 2ª Edição

Data: 21/12/2019
Horário: 15:00
Local: Beco Pub
Rua 134, n 155 - Qd D10, Lt 1
Shopping Center Sul,
Loja 83/84, Setor Oeste
Goiânia

Mato Grosso

Mostra de Cinema Brasil Marginal

Data: 9/12/2019
Horário: 19:30
Local: Sesc Arsenal
Rua 13 de Junho, s/n - Centro Sul
Cuiabá

Mato Grosso do Sul

Linguagem de Rua - Evento sobre arte urbana

Data: 18/12/2019

Horário: 15:00
Local: Rua Aporé - Amambai
Campo Grande

Sudeste

Espírito Santo

Cabelo Afro: território e valorização

Data: 21/12/2019
Horário: 18:00 às 22:00
Local: Crespura e Cia
Território do Bem
Vitória

Minas Gerais

Duelo de MCs Nacional 2019 - A Grande Final

Data: 15/12/2019
Horário: 13:00 às 19:00
Local: Praça da Estação
Av. dos Andradas
Belo Horizonte

Rio de Janeiro

BATEKOO RJ - 20/12 @Viaduto de Madureira

Data: 20/12/2019
Horário: 23:00
Local: Viaduto de Madureira
Rua Carvalho de Sousa s/nº, sob o
Viaduto Prefeito Negrão de Lima
Rio de Janeiro

0800- Roda de Samba da Pedra do Sal + Samba na Serrinha

Data: 22/12/2019
Horário: a partir das 15:00
Local: Mirante do Arvrão -
Rua José Bernardo - Vidigal, 22450-241
Rio de Janeiro
Obs: entrada gratuita até 18:00

São Paulo

SLAM BR 2019!

Data: 12, 13, 14 e 15/12/2019

Horário: a partir das 16:00

Local: Sesc Pinheiros

Rua Paes Leme, 195

São Paulo

■ Sul

Paraná

Natal Solidário - Jantar oferecido à famílias carentes

Data: 24/12/2019

Horário: acolhimento das 8:00 às 23:00

Local: Igreja São José do Pilarzinho

R. Gardênio Scorzato, 913

Pilarzinho

Curitiba

Rio Grande do Sul

5ª Edição Slam da Voz

Data: 15/12/2019

Horário: 16:30 às 19:00

Local: Espaço Cultural Terreiro de Jorge

Estrada João de Oliveira Remaião, 5683

Porto Alegre

Santa Catarina

Tour Grátis Negros em Desterro - Guia Manezinho e Paulo Nogueira

Data: 11/01/2020

Horário: 10:00

Local: Praça XV de Novembro

Florianópolis

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
XIV Edital Ceará Cinema e Vídeo - Programa Estadual do Audiovisual – Ceará Filmes	A XIV edição se constitui com uma ação de continuidade de uma linha de financiamento de filmes (ficção, animação e documentário, curtas e longas-metragens), dentre outros serviços que dinamizam a cadeia produtiva do audiovisual no âmbito do estado e envolvem artistas, diretores, roteiristas, produtores, técnicos e demais profissionais de diversas áreas do setor cultural local.	18/11/2019 a 17/12/2019	http://editais.cultura.ce.gov.br/2019/10/16/xiv-edital-ceara-cinema-e-video/
Edital para Seleção de Projetos 2020 - BAHIA GÁS	Constitui objeto do presente Edital a seleção de projetos sociais, culturais, esportivos, ambientais e científico/ acadêmicos para patrocínio institucional	14/11/2019 a 27/12/2019	http://www.bahiagas.com.br/component/k2/item/481-edital-para-selecao-de-projetos-2020
Edital de Seleção de Apresentação Artística e Ação Formativa – Sesc Encena 2020	Seleção de propostas de apresentação artística e ação formativa - atividade: artes cênicas (teatro, dança, circo, performance) - Unidades SESC: Esquina, Londrina Cadeião Cultural, Medianeira, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa e São José dos Pinhais	25/10/2019 a 15/12/2019	https://www.sescpr.com.br/edital/edital-de-selecao-de-apresentacao-artistica-e-acao-formativa-sesc-encena-2020/?fbclid=IwAR0aS7V6XYGDrBvH4mKjRKlIV5mvmO2_4aNC0StA1bcqudgevlkDnQgePII
Edital de Incentivo à Cultura e ao Esporte - AES Tietê	Seleção de projetos relacionados à cultura, educação e ao esporte alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O edital contempla municípios de BA, MG e SP.	Contínuo	https://prosas.com.br/editais/4532-selecao-de-projetos-de-incentivo-a-cultura-e-ao-esporte-leis-federais
Fundo de Ação Urgente (Urgente Acction Fund) – Por los Derechos de las Mujeres	Fundo feminista para a América Latina e Caribe que procura fortalecer as ativistas e seus movimentos sociais	Contínuo	https://fondoaccionurgente.org.co/
Projetos na América Latina – Open Society Foundations	Fundo que visa a justiça, governos democráticos e direitos humanos na América Latina e no mundo.	Contínuo	https://www.opensocietyfoundations.org/

Seleção de Projetos de Incentivo à Cultura e ao Esporte (Leis Federais)	Cada Proponente pode indicar uma única proposta no edital. Para submissão da proposta, avalie se você possui todos os documentos necessários, conforme respectivos Regulamentos, que você encontra na seção "Arquivos" da Plataforma Prosas.	Contínuo	https://prosas.com.br/editais/4532-selecao-de-projetos-de-incentivo-a-cultura-e-ao-esporte-leis-federais
Projetos na América Latina – Open Society Foundations	Fundo que visa a justiça, governos democráticos e direitos humanos na América Latina e no mundo.	Contínuo	https://www.opensocietyfoundations.org/
Seleção de Projetos de Incentivo à Cultura e ao Esporte (Leis Federais)	Cada Proponente pode indicar uma única proposta no edital. Para submissão da proposta, avalie se você possui todos os documentos necessários, conforme respectivos Regulamentos, que você encontra na seção "Arquivos" da Plataforma Prosas.	Contínuo	https://prosas.com.br/editais/4532-selecao-de-projetos-de-incentivo-a-cultura-e-ao-esporte-leis-federais